INSTITUTO CATÓLICO DE ESTUDOS SUPERIORES DO PIAUÍ – ICESPI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM FILOSOFIA

GILDO COELHO DE SOUSA

A CONCEPÇÃO DE ESTADO NA OBRA *UTOPIA* DE THOMAS MORE

TERESINA
2013

GILDO COELHO DE SOUSA

A CONCEPÇAO DE ESTADO NA OBRA *UTOPIA* DE THOMAS MORE

Monografia apresentada ao Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí- ICESPI como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Filosofia, sob a orientação do Profº. Ms. Pe. Júlio César Souza de Jesus.

- Política
- Estado - Concepção
- ICESPI - Trabalhos Acadêmicos

cod-1546
320
S725e

TERESINA
2013

ICESPI - Biblioteca
10363 | 02/04/14

GILDO COELHO DE SOUSA

A CONCEPÇÃO DE ESTADO NA OBRA *UTOPIA* DE THOMAS MORE

Monografia apresentada ao Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí- ICESPI como requisito para obtenção do título de Licenciado em Filosofia sob a orientação do Profº. Ms. Pe. Júlio César Souza de Jesus.

Aprovado com conceito 9,0

Teresina, 02 de Dezembro de 2013.

Pe. Júlio (...) Souza de J.

Orientador

Pe. José Anchieta Barros de Coelho

1º Leitor

2º Leitor

Dedico esta monografia a minha Diocese de Picos na pessoa de Sua Excelência Reverendíssima Dom Plínio José Luz da Silva, aos meus pais que tanto me apoiaram e aos meus queridos irmãos seminaristas que muito me ajudaram neste trabalho, Francisco Helvídio, Igor Torres, Angelo e Akyciel.

Agradeço primeiramente a Deus, por sempre estar ao meu lado, em todos os momentos da minha vida. A Maria santíssima, Mãe do Belo Amor, que sem dúvida alguma sempre intercedeu a seu filho Jesus por mim. Agradeço ao meu orientador Profº. Ms. Pe. Júlio César Souza de Jesus pelo incentivo e o apoio e agradeço a minha família e a minha comunidade que sempre apoiou minha vocação.

Descrevi a vocês da maneira mais exata possível a estrutura dessa república, que considero não somente a melhor, mas a única que merece esse designativo. Todas as outras falam do interesse público e na realidade só cuidam dos interesses privados. Nesta república nada é privado e o que conta é o bem público.

THOMAS MORE

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo expor a concepção de Estado na obra *Utopia* do filósofo Thomas More. Seu pensamento a respeito da obra parte da crítica feita ao sistema político da Inglaterra do século XVI. Seu objetivo é apresentar um novo sistema que deverá ser tomado como modelo pela sociedade, o qual chama de Estado ideal. Propõe, ainda, o procedimento dos que devem comandar o Estado, bem como os parâmetros indicativos na superação de uma visão de sociedade privada e destaca o contexto histórico. Nosso pensador apresenta os principais problemas de sua época, ligado à sua trajetória de vida. More considera a estrutura apresentada pelo Estado ideal, especialmente quanto à política e ao sistema religioso no final deste trabalho propus uma relação entre a obra *Utopia* de More e os atuais problemas vividos pelo Estado brasileiro.

Palavras-chave: Thomas More. Utopia. Estado ideal. Humanismo. Política.

ABSTRACT

This paper aims to explain the concept of the state in the work called *Utopia* of the philosopher Thomas More. His thinking starts from the criticism of the political system of the sixteenth-century England. His goal is to present a new system that should be taken as a model for society, which he calls the ideal state. He also proposes that the procedure should lead the state as well as the indicative parameters in overcoming a vision of private company and highlights the historical context. Machiavelli presents the main issues of his time, connected to their life trajectory. More considers the structure presented by the State ideal, especially the political and religious system at the end of this paper proposed a relationship between the work *Utopia* of More and the current problems faced by the Brazilian State.

Keywords: Thomas More. Utopia. Ideal State. Humanism. Policy.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....9

2 CONTEXTO HISTÓRICO DA VIDA DE THOMAS MORE.....11

2.1 Vida de Thomas More e a relação com o humanismo.....11

2.2 História política da Inglaterra.....13

2.3 Reforma protestante e o rompimento do Estado com a Igreja.....15

3 ESTADO IDEAL EM UTOPIA.....19

3.1 Apresentação da estrutura do Estado ideal.....19

3.2 A estrutura política em *Utopia*.....22

3.3 Sistema religioso em Utopia.....25

4*UTOPIA* E REALIDADE.....29

4.1 Relação entre Estado ideal e a sociedade brasileira atual.....29

4.2A efetivação do pensamento político de More nos Estados da federação brasileira.....32

CONCLUSÃO.....38

REFERÊNCIAS.....39

1 INTRODUÇÃO

A sociedade é uma associação de pessoas que sonham, lutam e organizam-se comunitariamente. O termo "sociedade" é coletivo, utilizado para designar os cidadãos de um determinado País, Estado ou pelos governantes das nações. Assim como o próprio homem, a sociedade também vem sofrendo mudanças ao longo da história,desde as pequenas comunidades até aquelas que são mais complexas.

Consideradas as grandes dificuldades que a sociedade ultrapassa ao longo da história, é muito relevante o que é apresentado pelo filósofo Thomas More, na sua obra *Utopia.* Na primeira parte do seu escrito,faz uma explanação da realidade em que se encontrava a Inglaterra Renascentista, onde um dos principais problemas era a centralização do poder, que estava nas mãos de um único monarca.

A segunda parte do seu escrito trata do Estado ideal. Ao tempo que expõe sua concepção de Estado ideal, More salienta que através da prática deste pensamento seria possível transformar o cenário político degenerado da Inglaterra delineado na primeira parte. Este pensamento foi estruturado de forma organizada, idealizando uma ilha chamada *Utopia,* situada em um lugar não muito acessível, porém, com uma estrutura organizada tanto emsentido governamental quanto estrutural.

A obra *Utopia* de Thomas More suscita nos seus leitores várias interrogações. Diante delas podemos destacar as seguintes:Como passou a se comportar a Inglaterra após a idealização da Utopia? No Estado ideal, o poder não é centralizado nas mãos de uma só pessoa, então como se dá esta organização? Este modelo de Estado não foi apresentado só com o olhar da realidade da Inglaterra, mas com visão em outras realidades, entãocomo se deu este conhecimento?

O presente trabalho apresenta a definição e a concepção de Estado na visão de Thomas More, conforme descrito em *Utopia.* A obra será abordado de maneira tal a especificar como era dirigido o sistema político da Inglaterra, sobretudo no governo de Henrique VIII. Foi analisando este governo que o autor da *Utopia* entrou em contato com outras formas de governos existentes, e isto o levou a retomar o pensamento ideal de Platão e montar seu próprio pensamento, criando o Estado Utópico.

Este trabalho está organizado em três capítulos, o qual se desenvolve de modo dissertativo. No primeiro capítulo é feita uma abordagem da vida de Thomas More procurando enfatizar os principais acontecimentos de sua época, mostrando a sua influência

no humanismo e também como se comportava diante das situações que a vida lhe apresentava desde pequeno. Quais as principais influências que o levaram a ser um grande filosofo, participante do humanismo e defensor de um Estado perfeito. Apresenta também a situação política vivenciada pela Inglaterra de seu tempo e a influência que Thomas More teve no rompimento do Estado com a Igreja, alémdo surgimento da reforma protestante.

No segundo capítulo é apresentada a estrutura do Estado ideal e como foi concebido este Estado, como é descrita a ilha e como se delineia a sua estrutura. Enfatizam-se também alguns pontos do pensamento político exposto na obra,a estrutura do sistema religioso que era sugerido e como prosseguiu este sistema com o passar do tempo.

O terceiro capítulo, por sua vez, apresenta uma relação entre o pensamento da obra *Utopia* e alguns aspectos da realidade brasileira,trazendo alguns dados complementares ao pensamento e uma reflexão sobre a efetivação do poder político no Brasil, apontando as realidades inglesa e brasileira,apesardas divergências no sistema político.

2 CONTEXTO HISTÓRICO DA VIDA DE THOMAS MORE

Neste capítulo abordaremos os principais acontecimentos da sociedade da época de Thomas More, bem como os principais aspectos de sua vida, desde o seu nascimento até a sua morte.

2.1 Vida de Thomas More e a relação com o humanismo

O filósofo inglês autor da *Utopia*, Thomas More, nasceu em 7 de fevereiro de 1478, na cidade de Londres, quando transpareciam na Inglaterra os primeiros reflexos da Renascença italiana. Sua mãe Agnes Granger, um exemplo de cristã muito ativa na Igreja Católica, morreu em 1482, ficando More com seus 5 irmãos aos cuidados de seu pai, John More, que mais tarde, casou-se com outra mulher (LINS, 1969, p. 3). Desempenhava a profissão de juiz e foi nomeado também cavaleiro – *Knight* –pelo rei Eduardo IV, como forma de compensação pelos serviços prestados (NIETO, 1987, p. 5).

Os primeiros estudos de More foram realizados na escola Saint Anthony, onde apresentou um desenvolvimento brilhante e que chamou a atenção de seus pais, principalmente nas matérias de latim, inglês, história e retórica. Seu pai, entusiasmado com a sua desenvoltura, faz um tremendo esforço para que fosse morar na casa do Cardeal Morton, figura de destaque naquela época, nomeado então Chanceler do Reino Unido. O eclesiástico fora protagonista em alguns momentos históricos do país, dando grande contribuição para a elevação de Henrique VII ao trono (NIETO, 1987, p. 5).

A convivência de More com o cardeal proporcionou muitas oportunidades desde criança, como conversas com pessoas importantes junto à mesa, trazendo-lhe informações de assuntos da época, como a política e a vida diplomática. Isso trouxe a ele a capacidade de um bom diálogo, além da familiarização com os clássicos e com as várias outras obras escritas em inglês. Dentre estes envolvimentos, demonstrou grande capacidade na participação em atividades teatrais. Crescia sempre mais a simpatia de Morton pelo garoto, a ponto de dizer: "Este rapaz que nos serve a mesa vai ser um homem extraordinário; os que viverem verão" (NIETO, 1987, p. 6).

Com este desenvolvimento intelectual crescia o orgulho do seu pai e do cardeal. Ambos convenceram More a ir para Oxford, a cidade universitária, a fim de aprimorar sua cultura antes de completar o tempo para cursar Direito. Esta foi uma fase que proporcionou a More tanto o crescimento intelectual como disciplinar, o Colégio de Canterbury lhe oferecia

vastas atividades que requeriam muito esforço e dedicação. Seu pai aproveitou este período para trabalhar seu amadurecimento, oferecendo somente o necessário para viver, merecendo, mais tarde,a gratidão do filho: "foi assim que não caí em vícios ou em atividades extravagantes ou perigosas" (NIETO, 1987, p. 7).

Aos vinte anos, More conclui seus estudos e está pronto para assumir a advocacia. O humanismo renascentista se encontrava em destaque entre os grandes intelectuais de Londres. O recém-advogado, com o seu bom desempenho, procura logo ingressar nos grupos de discussões dos grandes humanistasingleses, aprofundando-se diretamente nas fontes da antiguidade clássica e nos primeiros teólogos do cristianismo. Passou a dominar com muita segurança Tito Lívio, Plauto, Luciano, São Jerônimo, São Gregório, Santo Agostinho e outros (NIETO, 1987, p. 8).

Outro fato importante citado por José Nieto (1987, p. 8) foi o encontro de More com Erasmo, natural de Rotterdam, figura importante do Renascimento, considerado o primeiro europeu com o título de "cidadão da cristandade" por conta de suas constantes viagens no momento em que germinavam as nacionalidades. A partir deste encontro, firmou uma sólida amizade que suscitou mais ainda o espírito intelectual e humanístico em More, levando-o a dedicar os seus momentos de descanso ao aprofundamento nos clássicos gregos e latinos. Chega a escrever cartas e diálogos, e a buscar assiduamente os encontros com seus amigos humanistas. Sua disposição e o seu jeito aberto ao diálogo deixam o amigo Erasmo impressionado, e este chega a se perguntar: "onde se encontrará um caráter mais amável, mais sedutor e mais alegre que o de Thomas More?" (NIETO, 1987, p. 9). O relacionamento de More com as novidades culturais não se deixa dispersar, antes se fortalece para manter-se sempre equilibrado e seguro em meio às grandes mudanças sociais. Ainda sobre More,

> Todas as suas idéias, todas as suas decisões darão a impressão de um homem profundamente reflexivo, que medita o fundo das coisas e combina prodigiosamente o velho e o novo para fundi-los no sempre. O fato é que toda essa inclinação pelas letras o levará a indagar-se, ainda jovem, sobre o rumo da sua própria vida. (NIETO, 1987, p. 9).

A admiração intelectual que Erasmo tinha por More favoreceu muitas inspirações, uma delas fez com que ficasse conhecido na história. Hospedado na casa do filósofo inglês quando voltava de uma de suas viagens àItália, num encontro em que os dois partilhavam seus conhecimentos e experiências, suscita-se em Erasmo a empolgante ideia de escrever a famosa obra *Elogio da loucura*, a qual dedicou a seu amigo (LINS, 1969, p. 10). O livro, tornado célebre em toda parte, repercute até os nossos dias. Este despertar, porém, não ficou só em

Erasmo; mais tarde, More apresenta sua conhecida obra *Utopia*, que foi dedicada justamente a Erasmo e que abalou o sistema político da Inglaterra e boa parte do mundo com suas propostas utópicas. De fato, propunha a todos ler e fazer uma reflexão da realidade social em que se vive.

2.2 História política da Inglaterra

Para compreender a obra principal de Thomas More, *Utopia*, cuja apresentação e elucidação do seu objetivo e finalidade são as pretensões fundamentais deste trabalho, é preciso compreender seu contexto, a realidade atravessada pela Inglaterra na época de More. De antemão, vale lembrar que o filósofo inglês nasceu em um sistema político dominado por reis exatamente no período de passagem do rei Eduardo IV e à espera de Ricardo III. Sua família tinha grandes ligações com os poderes políticos, de modo que seu pai era juiz e tinha consigo um apanhado geral de toda a teia de acontecimentos da realidade. Por conta disso, More cresceu fazendo reflexões de tudo que acontecia.

É importante destacar que apesar do acompanhamento que recebeu em sua infância e juventude, More só começou a ser bem visto pela sociedade a partir do momento em que concluiu seu curso de Direito. Começa sua careira profissional como advogado; seu testemunho de vida de homem religioso, intelectual e obediente chamou a atenção do rei Henrique VIII, que o convidou para assumir o cargo de chanceler, em virtude das qualidades já citadas. Henrique põe total confiança em More.

Neste período, ainda bem antes de assumir a chancelaria, realizou importantes tarefas que contribuíram para o bom andamento do país, conforme afirma Paquot (1999, p. 27):

> Thomas Morus e o rei Henrique VIII se estimam. O rei ama fazer-lhe imprevistas visitas e deixa a seu cargo missões delicadas. Ele o acompanha ao Campo da Bandeira de Ouro (1520) e participa, em Amiens, da elaboração do tratado de paz entre a França e a Inglaterra (1527). É ainda Morus quem representa o soberano na assinatura do tratado de Cambrai em 1529, antes mesmo de tornar-se chanceler do rei.

A realidade pela qual passava a Inglaterra entre os séculos XV e XVI não era das mais agradáveis, muitas marcas foram deixadas entre a Idade Medieval e a contemporaneidade. Um dos fatos que pode ser destacado e que serviu como espelho para Thomas More na descrição da sua principal obra, *Utopia*, foi a ascensão do capitalismo na era moderna e a gênese de muitos problemas sociais com o surgimento das indústrias, a criação das cidades, o

crescimento do poder dos artesãos, as aglomerações de propriedades nas mãos dos latifundiários; formou-se, então, a divisão de classes. Especificamente no século XVI veio à tona a queda do feudalismo e o nascimento do capitalismo, causando assim uma grande divisão nos modos de produção. No antigo sistema feudal, as comunidades se mantinham com um sistema próprio, onde todos os meios de sobrevivência eram produzidos no próprio espaço, como o artesanato, a caça, a pesca, pecuária e a matéria-prima feita nas famílias, estas eram suas principais ocupações. Este sistema é apresentado na modernidade de uma forma totalmente diferente, pelo qual as grandes fábricas substituíram todo processo de mão de obra do homem (ANJOS, 2011, p. 11).

Com o surgimento do capitalismo, várias organizações se fortaleciam, a troco da centralização do poder. Tornou-se mais resistente à abertura a outros grupos, o que dificultou a situação econômica dos meios de produção; as famílias artesãs passaram a se organizar em associação ou em guildas, os artesãos tinham que se colocar a serviço dos senhores feudais ou da comunidade local, não era permitido vender nada do que era produzido pelos serviçais. Anjos (2011, p. 13) assegura que com isso as guildas se expandiram rapidamente e surgiu a necessidade de agrupamento dos camponeses para tentar se defender da aristocracia. Esses camponeses

> Não trabalhavam apenas para a cidade, mas também para o distrito ao redor, muitas vezes cobrindo uma extensa área; não foi assim para os camponeses, que continuavam fazendo quase tudo que precisavam para si e para seus exploradores, os senhores feudais que tinham perdido os artesãos ligados a eles. (KAUTSK apud ANJOS, 1979, p. 13).

Diante desta situação, os comércios foram se expandindo e as cidades cresceram. Muitos dos que moravam na zona rural começaram a ser atraídos pelo desenvolvimento econômico, sendo que cresceu também a desigualdade. Criou-se então uma compreensão universal do comércio que reforçou o interesse econômico ocidental, aumentando o número de comerciantes e criando também uma disputa entre aqueles que produziam e o comprador. Isso predominou não só na Inglaterra, mas em todo o mundo (ANJOS, 2011, p. 14).

O comércio começou também a centralizar seu poder, concentrado nos grandes centros seu domínio; não apenas na área comercial, mas na intelectual também, como acrescenta ANJOS (2011, p. 15). A língua da cidade se tornava a língua dos comerciantes e das pessoas cultas e tendia a superar o latim e se tornar a língua escrita, começando a se impor frente aos dialetos camponeses como língua nacional.

No decorrer da situação, muitas outras áreas foram se adaptando ao novo modelo de organização da sociedade, bem como a administração política que se juntou logo ao modelo de organização econômica:

> O poder político central foi instalado no centro da vida econômica, e este centro se tornou a capital do país, que agora dominava não só economicamente, mas também politicamente. Assim, o desenvolvimento econômico permitia a existência do estado moderno, o Estado nacional com uma língua homogênea, uma administração centralizada, uma capital. (ANJOS, 2011, p. 15).

É importante destacar que com a centralização do poder político surgiram várias necessidades, entre elas, a de criar um príncipe para cada grupo organizado. Assim, o Estado tinha seu príncipe para atuar com o poder, de maneira que tudo estava sob o comando do príncipe, e este era escolhido pelo rei para controlar toda a situação nos momentos em que ele não pudesse assumir ou controlar (ANJOS, 2012, p. 15).

2.3 Reforma protestante e o rompimento do Estado com a Igreja

Dois grandes acontecimentos que marcaram a história da Inglaterra foram à reforma protestante e o rompimento do Estado com a Igreja. Estes fatos ocorreram em períodos deferentese de maneira envolvente. Primeiro se deu a reforma protestante, com a luta de Lutero, que desencadeou o processo de gradativa destruição do poder concentrado pela Igreja Católica. Muitos farão dos argumentos apresentados pelas duas partes, tanto de Lutero como do pronunciamento da Igreja de Roma, e só depois de certo tempo, por desobediência às normas da Igreja Romana, por parte do rei Henrique VIII, as principais razões para o rompimento do Estado com a Igreja (BITTAR; ALMEIDA, 2010, p. 268).

Durante o período de transição da Idade Média para a Idade Moderna, a religião também sofreu várias mudanças que marcaram a história da humanidade e de maneira mais abrangente a Inglaterra. Um dos acontecimentos centrais foi a revolta do republicano Martinho Lutero, que a partir de suas queixas contra a Igreja Católica fundou sua própria Igreja, iniciando o movimento dito protestante.

Diz ainda Lins (1996, p. 14) que Lutero, com sua revolta, começou a escrever contra algumas doutrinas da Igreja Católica e a contestar com desprezo os ensinamentos deixados por São Tomás de Aquino. Muitas destas acusações apresentadas em seus escritos deixavam o rei Henrique VIII indignado, a ponto de levá-lo a defender com garra a sua mãe, a Esposa de Cristo, a Igreja Católica. Após os escritos de Lutero sobre as indulgências, Henrique

elaboraotratado sobre os sete sacramentos e dedica ao Papa Leão X; mais tarde, o rei é reconhecido, em 26 de outubro de 1521, com a honraria de campeão da Igreja e defensor da fé.

Henrique, diante das várias acusações feitas por Lutero, contou com a defesa de Thomas More, dotado de bom conhecimento teológico: "E é triste registrá-lo – tanto é verdade "ser o homem de seu século, mesmo a seu pesar" – não se pejou o autor da *Utopia* de descer ao tom de Lutero, servindo-se das mesmas grosseiras invectivas e dos mesmos doestos de calão." (LINS, 1969, p. 16).

Em 1529, havia muitas dúvidas a respeito da reforma, de quais questões se tratavam e sobre quais seriam os reais ataques colocados pelos seus provocadores. Com isso, Thomas More publicou seu livro *Diálogo sobre as Heresias*, contra Tyndale, que era um dos adeptos da reforma. O livro não foi publicado em latim, idioma comum aos humanistas, mas no inglês popular da época. Segundo Lins (1969, p. 22), os assuntos tratados na obra eram as principais questões levantadas pelos reformistas: autoridade da Igreja, sacrifício da missa, intercessão dos santos, relíquias, romarias e outras.

Outro fato que marcou a história da Inglaterra foi a discordância entre o rei e o chanceler Thomas More. Henrique VIII era um grande conhecedor das normas da Igreja Católica por ser também um conhecedor da teologia. Da mesma forma, o seu chanceler era um homem de cultura religiosa e fidelidade à Igreja, além de amante da teologia, sendo os dois ligados à mesma Igreja e seus grandes defensores. Entretanto, More começou a discordar das atitudes infiéis praticadas contras as normas da Igreja, o que levou a um rompimento do monarca inglês com a Igreja. Aconteceu também que Henrique mandara degolar o chanceler, e com independência da Igreja de Roma, fundou a Igreja Anglicana.

Após a morte do esposo de Catarina de Aragão, em 1502, filha dos reis católicos Fernandes e Isabel, Catarina começa a negociar seu segundo casamento com o rei Henrique VIII, que contava seis anos menos que a pretendente. Depois de um noivado de seis anos, foi realizado o casamento em 1509; nesta ocasião, o monarca ascendeu ao trono britânico com dezoito anos. Os dois enfrentaram muitas dificuldades de relacionamento até 1527. Ainda sobre o relacionamento do casal:

> Feia, tristonha e sempre doentia, hidrópica, macerada, de uma palidez de morte, extremamente devota, sempre às voltas com um crucifixo, além de incapaz de procriar, pois, de sete filhos, só Maria Tudor fora viável, começou Henrique VIII, desde que teve as vistas voltadas para Ana Bolena, jovem dama de honra da Rainha, a ter sérios escrúpulos de consciência quanto à validade de seu enlace com Catarina (LINS, 1969, p.24).

Henrique já se encontrava totalmente envolvido com Ana Bolena. Catarina, após uma reflexão dos fatos, convence Henrique de que seu casamento era evidentemente maldito, uma conclusão tirada do livro do Levítico. O rei, por sua vez, fora advertido pelo Bispo de Lincoln, Longland, seu confessor, e recomendado a não ter mais relação com Catarina, sob pena de pecado mortal. A partir deste consentimento, busca a anulação do seu casamento, mas como teólogo percebe que o caso contrapõe o pensamento do ídolo de sua mocidade, Tomás de Aquino, que declara totalmente ilegítima e pecaminosa essa espécie de nova união (LINS, 1969, p. 26-27). Depois de muitas tentativas de anulação do matrimônio junto à Santa Sé, tendo sido dadas ao rei grandes esperanças e autorizando Wolsey, enquanto legado, a examinar a validade do casamento do rei, foi concedida uma dispensa provisória para pudesse contrair novo matrimonio até que o Papa concedesse uma sentença definitiva.

Henrique, totalmente desesperado, depois de vários anos à espera de uma resposta do Papa, perde nas negociações com o Vaticano e acaba por desposar Ana Bolena secretamente em 1533, conseguindo a anulação do primeiro casamento em março pelo Primaz Cranmer, Legado da Santa Sé e Arcebispo de Cantuária.

Em 1534 Henrique VIII é excomungado pelo Papa Clemente VII. Logo depois, declarou-se contra a Igreja Católica e fundou imediatamente a Igreja Anglicana. Muitas coisas incomuns começaram a acontecer depois entre o rei e More, há apenas cinco anos More tinha sido nomeado chanceler. Assim, a partir de suas convicções pessoais, relativas aos dogmas católicos, pôs-se contra o divórcio do rei por ter clara consciência do que a Igreja diz a respeito deste fato totalmente pecaminoso, já esperava ansiosamente por esse momento (LINS, 1969, p.29-30).

Iniciaram em 1532 os primeiros encaminhamentos para a ruptura do rei com o Vaticano e as consequentes mudanças no sistema religioso da Inglaterra. Entre as contrariedades, More já não podia continuar no seu cargo e renunciou com muita humildade, com mais alegria em deixá-lo do que quando o recebeu. Segundo as informações apresentadas por Lins (1969, p. 34), após o rompimento com o Pontífice, o monarca declararia que os protestantes iam para a fogueira e os católicos para a forca.

Depois de toda esta trajetória vivenciada na Inglaterra entre o Renascimento e o surgimento do mundo moderno, Thomas More tornou-se uma figura exemplar para a Inglaterra. Por toda parte se deixou e deixa conhecer principalmente pela sua obra *Utopia*, sobre a qual abordaremos nos capítulos a seguir. Outro fato de sua história que chama a atenção de todos foi a maneira heróica de como se deu a sua morte. Sendo condenado a

morrer na prisão, foi enclausurado em abril de 1534, na torre de Londres, e depois de um longo período foi levado à forca, onde foi decapitado em 1535. Em 29 de dezembro de 1886, foi declarado Beato por Leão XIII e, em 1935, elevado aos altares pelo Papa Pio XI (LINS, 1969, p.34-35).

ICESPI - Biblioteca
10363 02/04/14

3 ESTADO IDEAL EM UTOPIA

Neste capítulo trataremos de esclarecer como surgiu o Estado utópico, como ele é apresentado, quais as suas estruturas e quais as suas diferenças em relação ao que se passava na Inglaterra.

3.1 Apresentação da estrutura do Estado ideal

A obra *Utopia,* de Thomas More foi escrita após as viagens feitas por Rafael Hiltodeu a várias partes do mundo, e do encontro de More com o próprio Rafael e Pierre Gilles. Rafael Hiltodeu, homem de personalidade fantástica, trazia consigo conhecimento intelectual, geográfico e linguístico muito amplo, capaz de entrar em confronto com qualquer intelectual de seu tempo. O seu pensamento era condizente com o de More. A partir daí desenvolveu-se um vasto diálogo sobre seus conhecimentos, acatando assim todas as informações necessárias para escrever sua reflexão utópica. As ideias contidas em sua obra são elaboradas em torno de todos os acontecimentos da Inglaterra de seu tempo.Conforme grifado por Bittar; Almeida (2010, p. 272):

> More apercebe-se de quão importante seria travar conversação com Rafael, podendo extrair desta empresa grandes proveitos. De espírito enérgico e indomável, Rafael disserta sobre questões e litígios vigorantes neste momento, tratando inclusive de problemas ingleses, problemas estes que tocavam profundamente Thomas More, trespassando sua narrativa por um realismo fatídico e até certo ceticismo quanto à realidade; sem temores, Hiltodeu conduz críticas às instituições inglesas de maneira implacável. Questiona-se, nesta primeira passagem da obra, sobretudo, se deveria o filósofo aliar-se aos soberanos para iluminar o exercício do poder ou não; o ceticismo como *status quo* dos governantes conduz à resposta negativa.

O autor da *Utopia*, na primeira parte de sua obra, faz também sua crítica aos reis e à maneira como conduziam o poder. Eles utilizavam do mesmo poder, e dos seus ocupantes como mero instrumento de prazer e caprichos, distanciando-se da função inicial, a saber, a organização social e a harmonia do conjunto de meios que alcançaria o escopo social idealizado pelos próprios reis. Apresentava ainda uma Inglaterra dominada pelos mesmos reis, gozando estes de grande status social às custas da ampla desigualdade social no Estado. Um exemplo claro é a exploração dos trabalhadores, a economia agressiva contra os menos favorecidos. O poder estatal trazia consigo um grupo de privilegiados que almejava tão

somente acabar com os benefícios adquiridos pelo trabalho da população, que acabava por apoiar a hierarquia social. Com este pensamento centralizado que vigorava na Inglaterra é possível perceber que o egoísmo de poucos é a origem dos problemas de muitos (BITTAR; ALMEIDA, 2010, p. 272-273).

Junto a estes dados apresentados a respeito da situação que atravessava a Inglaterra de More é importante ressaltar que o pensamento contido na *Utopia* só pode ser compreendido a partir da apresentação de suas características e seus objetivos. More, na sua apresentação, leva em conta não só tais objetivos e características, mas também a cultura e os níveis sociais. O pensador apresenta ainda como trabalhar estes níveis para que todos possam sentir-se iguais. Um trabalho predominante na *Utopia* é a agricultura, considerada na obra como uma arte (MORE, 2006, p. 57).

Na apresentação do modelo de Estado ideal, More faz com que esta república se estruture de forma a buscar a satisfação geral. Para participar desta construção devem ser observados os mesmos deveres, por ser a única que possui esta estrutura, conforme afirma o filósofo inglês.

> Descrevi a vocês da maneira mais exata possível a estrutura dessa república, que considero não somente a melhor, mas a única que merece esse designativo. Todas as outras falam do interesse público e na realidade só cuidam dos interesses privados. Nesta república nada é privado e o que conta é o bem público. (MORE, 2006, p. 110).

Thomas More divide sua obra em duas partes: na primeira, o autor descreve como conheceu o personagem do livro, e fala ainda sobre a moral e crítica dos costumes das nações europeias; na segunda parte, More relata sobre a ilha de Utopia, um lugar onde tudo era dividido em partes iguais, inclusive o trabalho. Com isso, todos da ilha de Utopia estavam de acordo com o regulamento colocado por ela para que houvesse de fato essa divisão, e, ao mesmo, estavam sujeitos a sanções caso não cumprissem esse regulamento. A jornada de trabalho deveria ser de seis horas, o restante do tempo era para investir em educação ou em algo que eles mesmos escolhessem.

Rafael Hiltodeu, em seus estudos, compara as situações econômica-políticasno contexto de outros estados à situação da Inglaterra, realçando tanto as situações que eram consideradas boas como aquelas mais difíceis. Uma destas situações encontradas dentro do próprio sistema político da Inglaterra era a concentração de terras nas mãos dos grandes latifundiários. Estes, de certo modo, inspiravam medo nos agricultores, além de acabarem tomando as suas terras a fim de produzir pastos para a criação de carneiros. Tornavam-se,

então, grandes ladrões causadores das desigualdades e da centralização de poder nas mãos de uns poucos (MORE, 2006, p. 26).

More utilizou-se do pensamento de Platão, em sua obra *A República,* na qual o filósofo grego já defende que a propriedade tem que ser de todos, como segue abaixo:

> A fonte em que More se embebeu foi, naturalmente, Platão, com amplas infiltrações de doutrinas estóicas, tomistas e erasmianas [...] O ponto-chave da questão está na ausência da propriedade privada. Platão, na *República,* já dizia que a propriedade divide os homens pela barreira do "meu" e do "teu" e que a "comunhão" dos bens refaz a unidade. Onde não existe a propriedade, nada é "meu" ou "teu", mas tudo é "nosso". E é em Platão que More se inspira propondo a comunhão dos bens (REALE, 1990, p. 133).

A ilha de Utopia é um sonho para qualquer pessoa, onde tudo é repartido, é lugar de felicidade, de harmonia, de sentir-se bem consigo e com os outros. *Utopia* é uma jóia, uma preciosidade, enfim, é lugar de realização, como é registrado por Abensour (1990, p. 86). A *Utopia* escolhe com o próprio neologismo do título a via da ambiguidade: Utopia, lugar de nenhuma parte (de matriz grega, *ou* = não, *topos* = lugar), ou então Utopia, lugar de nenhum tempo, ou então Utopia, lugar da felicidade, onde tudo está bem.

A estrutura geral da ilha é organizada de maneira que quem tiver oportunidade de conhecer uma de suas cidades conhece todas as outras, posto que a mesma estrutura de uma cidade se replica em todas. Foi escolhida por consenso a cidade de Amaurota para ser a representante do senado, não por ser melhor ou por apresentar algo diferente, mas por ser escolhida como aquela que apresentasse a estrutura única que havia em todas. Amaurota, assim como todas as cidades de *Utopia*, é estendida sobre um declive ao lado de uma colina, sua forma é quase quadrada. Possui a largura de duas milhas e fica às margens do rio Anidra, que está oitenta milhas acima de Amaurota. Como parte da estrutura com que contam as cidades, inclusive de grande qualidade e proteção, uma alta e larga muralha circunda a cidade, enquanto as pequenas distanciam-se encaixadas nelas e erguendo torres e fortalezas. As ruas são bem estruturadas, seja para deixar o tráfego fluir como deveria seja para abrigar-se dos ventos. Cada casa tem duas portas, uma que dá para a rua e outra que dá para a horta e o jardim. A tradição atribui todo o traçado do plano da cidade ao próprio Utopus, que teria deixado o acabamento e a ornamentação, tarefas para as quais a vida de um homem não seria suficiente, por isso, uma tarefa para seus sucessores (MORE, 2006, p. 52-53).

Os magistrados da Utopiaeram pessoas que se colocavam como orientadores justamente por contar com uma experiência de vida mais amadurecida, conforme explica

More (2006, p. 55). Trinta famílias elegem todos os anos um magistrado, chamado sifogrante, que na modernidade significa filarca. Dez destes sifograntes e as famílias dependentes deles obedecem a um magistrado designado antigamente como traníbora e, hoje, profilarca.

Muitos ofícios eram confiados aos utopianos além da agricultura, de maneira bem distribuída, de modo a não acarretarem seu tempo. Os mesmos tinham liberdade para escolher de acordo com seus dons e suas capacidades, sendo que tinham maior destaque a tecelagem da lã ou do linho, o trabalho de pedreiro, de ferreiro ou de carpinteiro. A roupa que o povo de Utopia utilizava seguia um padrão multissecular, constando uma única diferença entre o modelo masculino e o feminino. Todos os residentes deUtopia, tanto homens como mulheres, tinham a obrigação de aprender um dos ofícios da ilha, com exceção das mulheres, que por serem mais frágeis escolhiam trabalhos leves, como a tecelagem da lã e do linho. Os mais pesados permaneciam confiados aos homens. A principal função confiada aos sifograntes é a de velar para que ninguém permaneça inativo, mas se entregue ativamente à sua profissão. O dia emUtopia é dividido em vinte e quatro horas de igual duração, apenas seis dedicadas ao trabalho. A maioria da população dedica o tempo livre ao lazer e ao estudo (MORE 2006, p. 58).

A respeito da preocupação que tinham os utopianos com a educação intelectual, Lins (1969, p. 92) afirma que, além da preocupação com os trabalhos da agricultura, havia a exceção daqueles que se consagravam exclusivamente à cultura do espírito por haverem manifestado, desde a infância, a verdadeira vocação teórica ou científica. Isto não significa que todas as crianças não recebam a mesma instrução geral; os utópicos, homens e mulheres, têm todos os dias momentos de repouso. Estes são dirigidos ao cultivo da inteligência, já consagrados pela utilização de várias técnicas, como a leitura e os jogos, para o desenvolvimento da capacidade de raciocinar.

3.2 A estrutura política em *Utopia*

O autor da *Utopia* apresenta no seu modelo ideal de Estado um novo jeito de ver a politicidade, fazendo, assim, alusão a essa ilha de Utopia, onde tudo era de todos na medida de suas necessidades. Seja o povo ou os que governam ambos precisam estar desprendidos das coisas materiais e educar seus filhos para viver da mesma forma.

Um dos pontos que chama atenção na organização social da ilha é que a mesma é construída sobre um sistema comunal, onde todos os bens produzidos pelos trabalhadores são bem repartidos, distribuídos e trocados entre os habitantes das 54 cidades que compõe o

Estado de Utopia. Não existe troca monetária e não era aceita a propriedade privada como um padrão de valor do indivíduo na sociedade, dando lugar às condições de igualdade e à harmonia de convivência. O exercício usado constantemente na escolha do representante do povo, que normalmente compõe o conselho dos homens escolhidos por unanimidade, se chama sufrágio. A diferença étnica e cultural ganha destaque na estrutura utópica por conta da aglomeração do povo e da proximidade das cidades. Elas são cidades bem construídas e bem dispostas pela natureza, com bons requisitos, que favorecem um bom desenvolvimento humano (BITTAR; ALMEIDA, 2010, p. 274).

A forma de governo adotada até o momento é apresentada por More como a magistratura, que é o corpo governamental e de outros participantes da estrutura institucional da própria região como pessoas escolhidas pelo povo e para favorecer o próprio povo. A prevenção feita pelos mecanismos de adesão constava no afastamento das formas claras de falsidade diante do público, a fim de evitar a corrupção (BITTAR; ALMEIDA, 2010, p. 274).

Através da colocação feita por More sobre as artes e os ofícios que eram comuns em Utopia, alimenta ainda a crítica a respeito das instituições existentes na Inglaterra e apresenta como deve ser esse exercício de poder:

> Ainda quando trata das artes e dos ofícios utopianos, utiliza-se de seus artifícios teóricos para questionar os problemas advindos da justa distribuição social dos homens em sociedade. Isso porque, na ilha de *Utopus,* o trabalho, o lazer, as atividades intelectuais, o descaso e as atividades comunais distribuem-se durante um dia inteiro de todos os cidadãos. Aqueles ociosos, pretensiosos inválidos, nobres, clérigos e beatas, que somam grande massa inválida na Inglaterra do século XVI, na Utopia não encontram lugar: todas as atividades são distribuídas a todos os participantes dessa sociedade segundo as aptidões naturais desenvolvidas por cada qual (BITTAR; ALMEIDA, 2010, p. 274).

Cada grupo de pessoas possui uma sala à sua disposição, designada por um nome específico e que está sob a responsabilidade dos sifograntes. Os primeiros cuidados são oferecidos de maneira especial aos doentes e todos recebem tratamento de primeira qualidade nos hospitais públicos; tanto os doentes como aqueles que necessitem de consultas médicas dispõem, portanto, de bons serviços públicos (MORE, 2006, p. 64).

Muitas características marcam o povo de *Utopia*, favorecido pelo bom andamento das suas organizações, uma delas é a fartura na alimentação, sempre com boas opções. Outro fator importante que caracteriza os utopianos é a amizade e a união que trazem estampadas no rosto e no coração, uma felicidade que brota naturalmente. Isso mostra a capacidade de um bom relacionamento, criando entre eles um agradável clima de muita harmonia (BITTAR; ALMEIDA, 2010, p. 274).

Todas as cidades têm seu próprio sistema de controle da população. Aqueles que tiverem alguma necessidade que os leve a sair da cidade, tanto para resolver algum problema como para visitar algum parente, recebe do sifogrante um ofício com a permissão de viagem e, no mesmo ofício, o dia do retorno incluso. Os viajantes não partem sozinhos, devendo fazê-lo sempre em grupos e levando consigo uma carta com orientações e recomendações do prefeito da cidade. Oferece-se também aos viajantes uma carruagem para condução e com ela vai também um servo, a fim de que auxilie em suas necessidades, conduza e cuide dos bois. Aos viajantes não é permitido levar nada consigo, mas nada lhe falta durante a viagem: o verdadeiro objetivo é fazer com que todos se sintam bem e felizes (MORE, 2006, p. 67).

O controle nas cidades da ilha não é somente da população, mas de todos os aspectos, como o financeiro, político e outros. Um destes cuidados é o de reunir todos os anos no senado de Amaurota três representantes de cada cidade, em primeira instância, para avaliar os produtos de um local para outro e os que existem em abundância, de modo a ser enviado para outra cidade em que haja falta. Assim, todas as necessidades são supridas entre as próprias cidades, tornando-as como que uma só família. Os cuidados no abastecimento de mantimentos lhes deixam seguros da própria sobrevivência, reservando em seus depósitos produtos para o consumo de dois anos, já com previsões das coletas futuras. Enfim, seguros de sua manutenção, fazem exportação de excedentes de produtos para outros países; os exportados mais comuns são: cereais, mel, lã, linho, madeira, escarlate, púrpura, pele, cera, sebo, couro e animais. A sétima parte de todos estes produtos é oferecida aos pobres do país que os importou. Utopia também importa produtos que não são encontrados na Ilha, pouca coisa é importada além do ferro. Como essa experiência é de muito tempo, não é fácil calcular o tesouro que possui para melhor esclarecimento, grifa o autor da obra:

> Por essa razão é que lhes é deferente, hoje, vender a vista ou a prazo ou ainda ter muitas duplicatas a receber. Quando concordam com esse tipo de pagamento, ignoram os cidadãos privados e pedem para que o Estado sirva de garantia das faturas regulamente preenchidas. Esse Estado, no vencimento, exige o pagamento da divida no momento em que os utopianos a reclamem. Muitas vezes não lhes será útil, tirando-a daqueles que precisam dela. Entretanto, há casos em que retiram toda a soma que lhes é devida; isto acontece quando querem se servir desta para emprestar a outra nação ou para empreender uma guerra. (MORE, 2006, p. 68).

Os tesouros acumulados em *Utopia* não têm outro destino senão o de dar ao próprio Estado total segurança, livrando-o de muitos perigos, como os que podem ser causados por outros países, no caso de greve, ou que podem ocorrer a partir do momento em que se divulgam preços do acumulado e surge o interesse dos inimigos sobre a reserva de produtos,

semeando a traição e podendo gerar, inclusive, uma guerra civil por incitação. Só para este fim se orienta o acúmulo dos tesouros: para proteger seus patriotas; diferente de outras nações, que utilizam seus tesouros para interesses privados. Os valores centrais para os utopianos não são os materiais. Objetos que para outras nações são causa de inúmeros conflitos, como o ouro e a prata, para os habitantes de Utopia, não têm valor algum além do que a própria natureza lhes confere. Os verdadeiros valores para os utopianos são os valores humanos, que dão dignidade para todos, não se trata de uma estrutura política voltada para determinados grupos, mas de uma estrutura que garante o bem comum a todos (MORE, 2006, p. 69).

As instituições de Utopia não impressionam apenas os que residem na ilha, mas chama a atenção de outras instituições. Um dos fatos que chamou mais atenção foi a visita dos delegados de Anemólia, em Amaurota. Cada cidade, para oferecer uma boa acolhida, enviou três representantes para explicarem como funcionavam, quais os costumes e a cultura dos utopianos (MORE, 2006, p. 70).

3.3 Sistema religioso em Utopia

A religião é um assunto de suma importância na concepção do Estado ideal e é levado em conta pela relação com o sistema político, de acordo com o que afirma Bittar; Almeida (2010, p. 276). Não existe a institucionalização de um culto, os cidadãos têm plena liberdade de optar pela religião que consideram melhor. As regras são invertidas de acordo com a república de *Utopia*, ali se colocam regras apenas para não prejudicar ninguém no seu direito de opção religiosa. Os cultos apresentados em *Utopia* são diversos, como o culto ao sol e à lua, o culto aos heróis e aos lendários, o culto a um ser supremo, que é o mesmo ser supremo criador e providente. Por isso, os utopianos acostumam-se de tal forma às diversas religiões existentes e à tolerância, que se reúnem em templos nos quais os sacerdotes praticam o ecumenismo, só proferindo palavras que são universais e exortativas quanto à vida moral de cada cidadão (HUISMAN, 2000, p. 562).

Conforme More, apesar das diversas crenças que existem em *Utopia*, as mesmas estão de acordo quanto à existência de um ser supremo criador e protetor do mundo, que na linguagem própria deles se chama Mitra, nome de uma divindade dos antigos persas, a quem prestaram culto também os povos da Mesopotâmia e da Grécia, e cuja fama espalhou-se por todo o ocidente por meio das conquistas gregas e romanas. O nome deste ser supremo, entretanto, não tem o mesmo significado para todos, havendo em comum o conceito de que

nele se encontra essa natureza ligada à vontade e ao poder, além da sua identificação como criador do mundo (MORE, 2006, p. 100).

Com o passar do tempo, os mesmos foram renunciando à variedade de crenças e às várias superstições, e começaram a criar uma crença definitiva que parecia bem mais prática, com bem mais simplicidade e aceitação. Passam a aprender com o cristianismo os ensinamentos da vida de Cristo e o testemunho dos mártires, cujos exemplos de vida testemunharam sua crença neste Deus supremo. Logo após estes ensinamentos e testemunhos de vida, muitos passaram a aderir à religião, seja por Deus ter lhe falado ao coração seja por acreditar numa crença que seja superior a todas as outras. Uma contribuição fundamental foi a observação de que Cristo tinha recomendando aos seus colocar todos os seus recursos em comum, e que estes costumes eram colocados em prática na vida socialmente cristã (MORE, 2006, p. 101).

Aqueles que não aceitam o cristianismo como sua religião ou crença, também não difamam os valores pregados por ela, mantendo certo respeito, com exceção de um dos neófitos que usou de má postura para difamar da liberdade religiosa e não colocar o cristianismo em primeiro plano, além de chegar a condenar todas as religiões. Suas colocações foram logo consideradas pelos fieis como sacrilégio e este acabou condenado ao fogo eterno. O motivo de ter sido condenado ao exílio não foi ter aderido a outra religião, mas ter causado tumulto no meio do povo. Uma lei preservada por eles assegura a proibição de prejudicar outro por conta da sua religião (MORE, 2006, p. 102).

As informações asseguradas são que, antes da formação da Utopia, havia muitas distorções a respeito de crenças religiosas. Eram criadas muitas denominações inimigas que lutavam individualmente por sua pátria; uma destas vitórias levou a uma boa estruturação da republica e do sistema religioso. Para combater justamente estas referidas divisões, numa decisão contra qualquer tipo de sectarismo, é que todo aquele que profere um discurso prejudicial à liberdade de expressão acaba condenado ao exílio ou à escravidão. Sobre as motivações da decisão, afirma ainda More:

> Utopus tomou essa decisão porque via a paz ser destruída por lutas contínuas e ódios irreconciliáveis e também porque julgava que a liberdade é vantajosa para a própria religião. Nunca ousou definir qualquer coisa de maneira superficial em questões de fé, pois se questionava se o próprio Deus não inspóira aos homens crenças diversas, sendo conformes a seu desejo a verdade e a multiplicidade dos cultos. Parecia- lhe em todo caso um abuso e um absurdo querer obrigar os outros homens, por meio de ameaças e violência, a admitir o que achasse melhor. Se uma religião é realmente verdadeira e as outras são falsas, contanto que se aja com razão e moderação, a força da verdade, assim pensava ele, acabaria um dia por prevalecer por si mesma. Contrário, quando a controvérsia se torna violenta e agressiva, sabendo-se que os menos bons são também os mais obstinados, a melhor e a mais santa das religiões acabaria sufocada por superstições que rivalizam em coisas absurdas, como o trigo sufocado por arbustos e espinhos. Foi por isso que deixou a questão livre e permitiu a cada um crer naquilo que quisesse. (MORE, 2006, p.102).

Os utopianos também têm sua crença na vida após a morte. Para eles, após esta vida são oferecidos castigos para os que praticaram maus atos e foram desobedientes às regras colocadas pela crença, sendo a recompensa preparada para aqueles que cumpriram todas as regras. Se alguém foi um homem virtuoso, continua o sendo depois da morte. Para os cidadãos de Utopia, os animais também participam da eternidade; e aqueles seres humanos que lamentam e caem doentes tem certamente uma felicidade sem limites. Para os que são envolvidos na tristeza e na angústia antes da morte, prestam-se no seu funeral momentos de penitência em reparação de seus pecados e elevam-se pedidos aos deuses para o acolhimento de sua alma; ao contrário, por aqueles que falecem em plena alegria e na paz ninguém chora, todos estão cheios de esperança e seguem o cortejo fúnebre cantando, pedindo a Deus e recomendando suas almas. Eles acreditam que estas pessoas, mesmo após a morte, continuam a circular no meio dos vivos, esta presença para os mesmos traz a felicidade e lhes dá mais segurança. O seu testemunho de vida na terra traz força para não se aproximarem do mal (MORE, 2006, p. 103).

Uma das formas mais comuns de expressar seu louvor a Deus é através da admiração da natureza, uma postura merecida e respeitosa. As diversas atividades realizadas pelos utopianos, desde aqueles que prestam cuidados aos doentes, que carregam pedras e areia aos que transportam as carroças para a cidade ou realizam outros trabalhos ditos mais pesados, todos estes realizam com muita alegria seus empenhos por darem sentido às atividades. Entretanto, não dedicam tanto tempo para si próprios, e quanto mais se rebaixam ao nível dos escravos mais são bem vistos por muitos. Essa classe, por sua vez, é dividida em duas seitas. A primeira é daqueles que renunciam totalmente os prazeres do sexo, bem como o consumo de carne e até mesmo de tudo que vêm de seres vivos; essa classe se chama celibatários, e também se priva muitas vezes de muitas coisas da vida que podem ser prejudiciais a ela

mesma. São pessoas felizes, que com muita esperança também passam segurança a outras pessoas, e almejam algo muito mais importante, que é a eternidade. A outra classe é daqueles que levam uma vida ardente no trabalho, mas que preferem para si o estado de casados, apreciando a beleza do casamento na constituição de uma família e dando sua contribuição para a pátria (MORE, 2006, p. 104).

Entre as classes mencionadas, os utopianos afirmam que os que escolhem o matrimônio são considerados mais sensatos, posto que os celibatários são considerados mais santos por levar uma vida mais íntegra, além de serem movidos unicamente pela religião. Recebem de uma maneira muito especial a admiração e o respeito do povo, eles são de uma santidade tão eminente que é bem restrito o número, em cada cidade não passa de treze, e fazem um serviço igualitário entre os templos que existem. São eleitos pelo próprio povo; assim como outros magistrados, a escolha é feita de maneira secreta para que não haja brigas nem intrigas; sua função depois de eleitos é de exortar, advertir e tomar medidas com pessoas que praticam o mal e não respeitam as crenças existentes (MORE, 2006, p. 105).

Os utopianos também cultivam suas práticas religiosas, tendo seus dias especiais com celebrações nos templos de arquitetura brilhante e capazes de acolher muita gente. Estes templos são preparados para todos os habitantes e neles não são colocados símbolos específicos relacionados a crenças. São preparados ainda para ser servidos por todas as crenças existentes, sendo que não há pronúncia nem de um nem de outro nome de deus, a não ser o de Mitra, que para eles é a única majestade divina no qual todos acreditam na sua existência suprema (MORE, 2006, p. 107). Os dias que os utopianos consideram especiais são o último dia do ano o do mês, e aproveitam para oferecer a Deus jejum em agradecimento por mais um ano ou mais um mês concretizado. Também há no dia seguinte a festa de abertura de um novo ano ou de mais um mês.

4 *UTOPIA* E REALIDADE

No capítulo que segue faremos especificamente uma relação do Estado ideal com a atual sociedade brasileira, além de refletir sobre a efetivação do poder nos Estados que compõem a federação.

4.1 Relação entre Estado ideal e a sociedade brasileira atual

Ao observar a estrutura apresentada no Estado ideal por More (2006,p.62) é possível fazer uma relação do que é proposto pelo mesmo com a realidade vivenciada na sociedade brasileira sob alguns aspectos. Um dos fatos que chama muita atenção, o qual está bem destacado na concepção de Estado ideal, é a relação sadia entre os utopianos, a começarpelo controle da população: nenhuma cidade deve deixar diminuir e nem aumentar o númerode habitantes, buscando manter esta organização de maneira adequada, deforma que toda a população deve ser tratada com igualdade, de acordo com o que coloca o autor de *Utopia.*

Realidade esta que no Brasil ainda não acontece. Isso se comprova não somente por aquilo que é exposto através dos meios de comunicação, mas também pelas experiências vivenciadas pelos próprios brasileiros. Muitos migram de uma cidade para outra em busca de melhorias de vida, tornando bem populosas algumas cidades ao tempo que outras ficam desabitadas por conta da grave realidade social. Termina perdendo de alguma forma este controle tão necessário para o próprio desenvolvimento do país e, por contadisso, não é possível oferecer condições mais dignas para os habitantes destas cidades.

Outro ponto que chama atenção no Estado perfeito é a estrutura das famílias: as regras e as normas são apresentadas e cumpridas por todos, favorecendo uma comunhão perfeita, com total ausência do individualismo. Vemos isso bem demonstrado através do ritual realizado todos os dias na hora das refeições. Como uma forma de acolhida, pessoas com instrumentos são posicionadas para o momento antes das refeições; nos locais separados se reúnem os sifrograntes em preparação para este momento. A fidelidade das esposas com os maridos e vice-versaé algo que ganha destaque em Utopia. Sobre o casamento dos jovens:

> A jovem não casa antes dos vinte e dois anos e o jovem, antes dos vinte e seis. Dois jovens surpreendidos em amores clandestinos são severamente punidos e o casamento lhe é totalmente interditado, a menos que o príncipe lhes conceda o perdão da falta. Os pais em cuja casa o escândalo ocorreu caem em grande descrédito por terem negligenciado seus deveres para com os filhos. Se a sanção é tão severa é porque acreditam que o pacto do amor conjugal, que exige que se passe a vida inteira com um só consorte e que se suporte todos os penosos deveres decorrentes, dificilmente unirá dois seres que não foram atentamente afastados de toda união eventual e passageira. (MORE.2006, p. 85).

Esta exposição pode se comparar de maneira muito clara à situação divergente deste pensamento presenteno Brasil.Em pleno século XXI, a desestruturação pela qual passa a família, hoje principalmente no que diz respeito à organização e à sua visão comum, e muitos outros fatores têm lançado a instituição em crise perigosa. A revolução tecnológicafoiuma das causas que favoreceu esta crise; com o seu mau uso, quebrou-se toda a estrutura familiar e conduziu ao individualismo (mal queatinge interiormente a família e pode ser considerado grave). Família perdeu valores centrais, o que era "nosso" passou a ser "meu". Surgiu também dentro desta problemática o consumismo,patrocinando o exagero: o centro de atenção deixou de ser a família e transferiu-separa os bens materiais. Para compreender melhor esta situação é importante frisar o comentário feito pelo portal da educação a respeito da família brasileira:

> As mudanças mais significativas referentes à família brasileira estão relacionadas ao impacto do desenvolvimento tecnológico da sociedade como um todo. As intervenções feitas através da tecnologia sobre responsabilidade humana colocam em destaque o caráter natural atribuído à família e quebra sua relação com a natureza, já que a idéia de como a família deveria ser constituída estava ancorada numa visão que a considera uma unidade biológica constituída segundo as "leis da natureza". A família brasileira é permeada por inúmeros desafios, dentre eles se destacam a violência intra e extrafamiliar, desemprego, pobreza, drogas e outras situações que atingem a família. As mudanças sociais ocorridas ao longo da segunda metade do ultimo século redefiniram progressivamente os laços familiares. Tratar de temáticas da família contemporânea é incursionar por questões complexas e por realidades reconhecidamente em transformações. Percebemos então, que entender a constituição familiar requer uma observação atenta e um olhar crítico para as diversas questões que perpassam a família, a comunidade e realidade social na qual está inserida. (MUDANÇAS.... 2013)

O compromisso com o trabalho em *Utopia* é algo adquirido desde pequeno, desde a adolescência os utopianos são obrigados a aprender os ofícios propostos pelos mais velhos, isso os faz crescer comprometidos com a família e consigo mesmos.Outro elemento importante é a da jornada de trabalho,igual para todos, favorecendo horários disponíveis para a realização de outras atividades.Uma dentre as preocupações dos sefrograntes, e quase única, é a de ficar atento para que ninguém fique inativo durante as atividades; todos devem se entregar ativamente aos trabalhos,devem cultivar o compromisso com eles, de acordo com a

profissão escolhida. O lazer se torna algonecessário na vida dos moradores de Utopia, de tal forma que após o jantar dedicam uma hora a diversos tipos de diversões, as mais comuns são a dedicação à musica e a distração através de conversas (MORE, 2006, p. 58).

Outro elemento a ser relacionado com o compromisso dos utopianos é a desigualdade social. Infelizmente a população brasileira diferente da sociedade utópica, tem enfrentado nos últimos anos e de um modo bem agravante na área do trabalho, não conseguem superar.Muitos brasileiros não dispõem de emprego digno, para muitos falta oportunidade em sua área, outros, de pior maneira não receberam uma formação de qualidade, outros ainda por pura exclusão.Nesta sociedade desigual, apenas uma pequena parcela goza de oportunidades e chega a tomar aquelas que, a princípio, estariam reservadas aos não têm nem o necessário para a sua sobrevivência. Isso se confirma na colocação feita pelo professor Fernandes Rebouças, no site Infoescola, que ressalta as seguintes informações a respeito da desigualdade social:

> A desigualdade social prejudica cidadãos de todas as faixas etárias, principalmente os jovens de classe baixa renda, impossibilitados de ascender socialmente pela falta de uma educação de qualidade, de melhores oportunidades no mercado de trabalho e de uma vida digna.(REBOUÇAS, 2013).

Com estes dois olhares, tanto o do sistema apresentado em *Utopia* como o da realidade da desigualdade social no Brasil, é possível perceber a importância do objetivo de comunhão apresentado no Estado ideal.Tornam-se compreensivos os dados assumidos pelo professor Fernandes a respeito da origem da desigualdade social na sociedade brasileira. A atual disposição da renda brasileira possui fatores históricos enraizados desde os tempos das capitanias hereditárias, que concentravam a posse de terras, da escravidão que gerou uma massa de pessoas desassistidas e das monoculturas que não permitiam um maior acesso ao alimento e à riqueza gerada pela terra. Por conta destes fatores é que vemos correspondência com os dados apresentados hoje pelo Programa de Desenvolvimento para as Nações Unidas. Em 2005, segundo o relatório do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), o Brasil ficou em oitavo lugar na pesquisa sobre a desigualdade social. De acordo com as pesquisas realizadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), nos anos de 2008 e 2009, detectou-se que a família brasileira gasta cerca de R$ 2.626,31 em média por mês. As famílias da região Sudeste gastam R$ 3.135,80 contra R$ 1.700,26 das famílias do Nordeste. Essa desigualdade no gasto mensal das famílias também é percebida entre as áreas urbana e rural. Na área urbana, a média de gasto é de R$ 2.853,13 contra 1.397,29 nas áreas rurais. Esse relatório faz parte das primeiras divulgações da

Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2008/09. O estudo visitou 60.000 domicílios urbanos e rurais no período de maio de 2008 a maio de 2009. O estudo considerou despesas, rendimentos, variação patrimonial, e condições de vida das famílias (COSTA, 2013).

Sobre esta consequência da pobreza,a desigualdade no Brasil, coloca ainda Wlodarski e Cunha([s\d], p.6-7) que a pobreza é entendida como fruto da ação dos homens, sendo resultado das formas como estes pensam, interpretam e direcionam a construção da história, da forma como aceitam os padrões mínimos de sobrevivência de cada indivíduo presente na sociedade. No Brasil, a existência da pobreza não ocorre devido à falta de recursos e sim da desigual distribuição destes. Diante disso fica entendido que o Brasil é um país rico, porém, com um dos maiores índices de desigualdade do mundo.

4.2 A efetivação do pensamento político de More nos Estados da federação brasileira

Para fazer uma análise do pensamento de Thomas More apresentado na obra *Utopia* e relacionar-lo com a efetivação do poder político nos estados brasileiros, é preciso deixar claro que os sistemas políticos da Inglaterra e do Brasil são completamente deferentes. O sistema político apresentado na Inglaterra é a Monarquia parlamentar composta por duas classes representativas, a câmera alta e a câmera dos comuns, sendo que o poder político é representado pela câmera dos comuns. O Brasil apresenta como sistema político uma república federativa presidencialista.República, porque o Chefe de Estado é eletivo e temporário; federativa, pois os Estados são dotados de autonomia política; presidencialista, porque ambas as funções de Chefe de Governo e Chefe de Estado são exercidas pelo presidente. O Poder de Estado é dividido entre órgãos políticos distintos. O Poder de Estado em Executivo, Legislativo e Judiciário. No Brasil, esses são exercidos, respectivamente, pelo presidente da república, Congresso Nacional e pelo Supremo Tribunal Federal (DANTAS, 2013). A respeito destas duas realidades apresentadas será feito uma relação do pensamento ideal de More com algumas realidades que divergem deste pensamento nos poderes existentes nos Estados brasileiros.

A observaçãoda estrutura política apresentada no Estado ideal, embora enquadrada num sistema político diferente daquele que vigora no Brasil,se torna um espelho para olhar várias realidades críticas presentes na efetivação do poder brasileiro.Uma destasestruturas mais importantes é a organização,apontada como base em todo Estado, de acordo como que afirmaMorequanto à estrutura das cidades.

> A ilha tem cinquenta e quatro cidades grandes e bonitas. A língua, os costumes, as instituições, as leis são idênticas para todas. São edificadas obedecendo ao mesmo plano e possuem o mesmo aspecto, na medida em que o local o permite. A distância entre uma e outra dessas cidades é no mínimo de vinte e quatro milhas. Nunca é tão grande que não possa ser coberta numa jornada a pé. Cada cidade envia todos os anos para Amaurota três anciãos com experiência nos negócios comuns, a fim de tratar dos interesses da ilha, deliberando em assembléia. Situada bem no centro da ilha, de fácil acesso para todos os delegados, Amaurota é considerada a capital da ilha. Os campos de cultivo são tão bem distribuídos entre as cidades que cada uma tem pelo menos doze milhas de terras para a lavoura em torno dela e, por vezes, até mais se a distância entre ela e a cidade vizinha for maior. Nenhuma procura ampliar seu território porque os habitantes se consideram arrendatários e não proprietários. Nos campos eles possuem casas bem situadas, em locais selecionados, equipadas de todos os utensílios agrícolas. Os habitantes das cidades vão residir nelas por turno de trabalho. Um grupo familiar de agricultores se compõe pelo menos de quarenta pessoas, homens e mulheres, sem contar dois criados. Um homem e uma mulher, gente séria e experiente, servem de pai e mãe de todo grupo familiar. Trinta grupos familiares elegem um filarca. Em cada grupo familiar, vinte pessoas por ano retornam à cidade, depois de terem passado dois anos nos trabalhos agrícolas essas são substituídas então por outras vinte. Os recém-chegados recebem instrução dos que já trabalharam um ano no campo e já tem experiência na prática da agricultura (MORE, 2006, p.49).

Outra característica importante que deve servir como exemplo para a realidade brasileira é como os magistrados atuam em *Utopia*.Cada ano, trinta pessoas de cada família elegem um magistrado, chamado sifogrante; os mesmos devem prestar juramento de fazer recair suas escolhas sobre o cidadão mais capaz, em seguida, são eleitos pelo próprio povo quatro nomes, cada um deles é apresentado por um dos quatro quarteirões que divide a cidade. O principado é vitalício, a menos que recaia sobre o príncipe a suspeita de aspirar à tirania. No senado, onde se discutem os assuntos e questões existentes emUtopia, não é permitido que nada seja decidido no que concerne ao Estado sem que haja discussão no senado três dias antes que um decreto seja votado. O senado tem como norma não discutir uma proposta no mesmo dia em que é apresentada, é uma obrigação deixar para o dia seguinte. Todas estas regras são em prol de uma ilha bem melhor e cada vez mais liberta da propriedade privada (MORE, 2006, p.58).

Observando a estrutura do Estado ideal de More citada acima, vale apena refletir sobre a atuação política no Brasil sob alguns aspectos, principalmente no que diz respeito à atuação dos próprios representantes dos três poderes que dirigem o país, executivo, legislativo e judiciário, e a particularidade existente em todos os Estados. A respeito desta análise, vale ressaltar que nos estados brasileiros não existe poder centralizado, como na Inglaterra, mas observando a exposição do Estado ideal, há algo muito importante nesta teoria que deve ser refletido nos acontecimentos das unidades federativas brasileiras.

Ao referir-nos à realidade do poder político no Brasil em relação à *Utopia*, um dos problemas que deve ser refletido em primeiro lugar é a corrupção. Existente em todos os três poderes, mas de maneira mais agravante no legislativo e no executivo, isto se dá de maneira competitiva, os que se colocam à frente não passam de pessoas voltadas para seus próprios interesses;entretanto, o poder político é apresentado originalmente como uma antropologia política e mostra que poderia ser de um grupo ou de uma assembleia, a exemplo dos conselhos de anciãos que orientam as ações de seus representantes, desde as *gens*, ou entre os índios, até as modernas assembleias legislativas. Para a realidade apresentada no Brasil, às vezes se torna duvidosa a administração política, posto que muitas vezes só o executivo parece ser o que manda nas ações, não passando às vezes de uma nomenclatura, de modo que o soberano é quem manda nas máquinas administrativas. O poder político e o sistema capitalista talvez não passem de uma fantasia ou uma ideologia (O PODER...,2013).

A corrupção, além de ser um dos maiores crimes, é também um dos maiores problemas sociais, um daqueles que afeta diretamente a população brasileira. As fraudes públicas custam ao país bilhões de dólares por ano. Elas ocorrem quando governantes, funcionários públicos e pessoas do setor privado usam o dinheiro dos impostos para se beneficiar e enriquecer. O desvio direto dos cofres públicos se torna largamente prejudicial aos mais pobres, principalmente àqueles que não têm nem uma fonte de renda.Esse dinheiro, que deveria ser investido na construção de casas populares, no saneamento básico, em educação, na melhoria de hospitais públicos e nos transportes, é transferido para a conta bancária de alguma pessoa ou de um grupo. Quando acontece algo desta natureza como os desvios de dinheiro dos cofres públicos, muitas melhorias deixam de acontecer para a população brasileira (OS PRINCIPAIS...,2013).

Quando se fala em corrupção diante da realidade vivenciada no Brasil, uma das coisas que se coloca em questão é o mau uso do poder. Para entender como é a busca interesseira do poder publico e como reage alguém que já teve poder? E quis suas experiências? Uma das melhores formas de compreender é acompanhando testemunhos de alguém que já passou por esta experiência, para tal compreensão um dos testemunhos que ajuda a entender estas indagações é o que nos é sugerido por Gabriel Chalita, em seu discurso no livro Sócrates e Thomas More.

> Sou professor e lancei-me na política com algum sucesso. Cheguei mais longe do que imaginava – e talvez por isso tenha me decepcionado tanto com a natureza humana. A busca pelo poder enfeia as relações. Tornamo-nos todos descartáveis. Vi cenas desagradáveis de gente que eu considerava agradável. [...] A honestidade se percebe nesses momentos, quando não há testemunhas. Fazer o que é correto por medo das conseqüências é a forma mais frágil de ser correto. E há tantas pessoas que se vangloriam de correção por falta de testemunhas de seus deslizes morais... Vi isso na política e, também, nas igrejas e, também, no mundo dos negócios. A ordem é para que se faça o que se quiser, desde que ninguém descubra. Se a ação indesejável vem a público, o que se tem a fazer é destruir o autor da ação, sem comiseração alguma, mesmo que a ação incorreta tenha sido e continue sendo praticado por tantos outros. (CHALITA, 2011, p.34-35).

Quanto mais próxima a realidade vivida, mais difícil é conviver com ela. Entretanto, é mais fácil de ser contada, seja ela uma experiência boa ou ruim; é o que faz Chalita através de sua convivência tanto na Câmara de Vereadores como na dos Deputados, pondo a sua experiência em diálogo com o personagem Sócrates. "Quanta hipocrisia, prezado Sócrates. Quanta imoralidade na justiça. Quanta mentira com assento garantido em esferas diversas de poder. Não posso ser conivente com isso. Discurso e mais discurso. Preconceitos. Exposição publica dos erros dos outros." (CHALITA, 2011, p. 35). Tais pressupostos fazem ver o quanto seja possível aplicar as idéias do pensamento utópico à realidade brasileira, compreendendo a importância de acolhê-las.

Chalita lembra ainda que é preciso saber vencer as dificuldades apresentadas na vida e na sociedade. Isso acontece na medida em que se avistam os rumos, saindo da própria realidade e voltando a ela, assim, torna-se possível enxergar as saídas.

> Primeiramente, estabelecer com a ilha a cumplicidade. Fazer da ilha um ideal de poder, de governo, de relação entre os viventes. E depois voltar e permanecer. [...] Experimentei o poder convivi de perto com os aduladores. Não mim corrompi. Não acho que o poder corrompa. A corrupção vem antes. Vem no cotidiano. O poder só revela aquilo que estava adormecido ou que já acontecia em menor escala. E um ser feio que vivia no escuro e foi iluminado. (CHALITA, 2011, p. 50-51).

Um dos fatos muitas vezes favorável à prática da corrupção é o mau uso da liberdade; este exercício, feito de forma inadequada, tem causado grandes desastres na administração do Estado brasileiro, como também o seu bom uso pode ajudar muito a caminhar na direção correta. Continua ainda Chalita (2011, p. 61) em seu discurso: "amigo More, falemos de liberdade. Eis a nossa salvação. A liberdade. Eu provoco os jovens a quem ensino nas prosas da minha terra. Sonho que sejam livres, que não aceitem a ração medida, que não se iludam com falsas promessas".

O discurso é um dos poderes existentes mais perigosos. Muitos são passados para trás por não saberem interpretar outros muitos discursos interesseiros. Uma forma bem simples de compreender seria observando o exemplo apontado por Chalita no seu diálogo. Somos como

pássaros. O discurso sedutor é um perigo. A palavra tem um poder impressionante, que requer tomar muito cuidado. Um dos discursos mais perigosos é o que pode ser compreendido, como a ração da gaiola é mais envolvente do que se imagina quando se está por perto. Quando é observada de longe, é mais fácil compreender que se trata de uma armadilha. De perto, ela se transforma e já nem parece mais com uma armadilha, consegue, por fim, fisgar a sua presa. E se, por acaso, ficar muito tempo comendo a ração, o pássaro distraído talvez se esqueça das grades que o impedem de voar e, pior, talvez se esqueça que nasceu para voar. E, chegando o dia em que alguém nos abrir a gaiola, pode acontecer de querer ficar dentro, pois o temor da liberdade já nos aprisionou (CHALITA, 2011, p. 61).

Ainda como é colocado no discurso de More e Sócrates apresentado por Gabriel Chalita, existem muitas formas de poder, alguns se tornam necessários para quem exerce certos cargos profissionais na sociedade, mas, em todas as circunstâncias, devem ser usados sempre de uma forma madura, com suas responsabilidades. O médico, por exemplo, a quem atribui-se determinado uso do poder, precisa ser maduro para usar da ciência, que ele deve compreender sob a perspectiva da dignidade e da saúde das pessoas. Recorda ainda o personagem Sócrates a respeito do cuidado com o discurso:

> Caro More, os discursos podem ser muito perigosos. Como o discurso é um exercício de poder, o orador que não tem compromisso com a verdade diz apenas o que o auditório individual ou coletivo quer ouvir. Os sofismas são perigosos e entristeço-me ao ver que muitos dos que deveriam ser professores se transformaram em sofistas, em busca de um sucesso rápido. Os sofistas não estão preocupados com a verdade, estão preocupados com o poder. Acham que, pacificando as angústias, terão sucesso. Apenas nisso.[...] quantos estão, por aí, querendo aprisioná-la. E digo mais: os que aprisionam com seus discursos enganadores também estão aprisionados. O político que o enganou, amigo, mora na mesma gaiola que gostaria de fazê-lo morar. Não há impunidade na ação nefasta dos destruidores da liberdade. Pode ser que, durante algum tempo, permaneçam agindo assim, mas há um tribunal implacável que mora na consciência de cada um. (CHALITA, 2011, p. 63-64).

Ainda a respeito desta reflexão sobre o poder e o discurso, pode-se fazer uma análise a respeito da disputa pelo poder, algo muito comum e facilmente observável entre pessoas do mundo do poder, não por interesse comum, mas para buscar seus próprios interesses. Isso é comum, sobretudo, na política. Um dos exemplos mais claros é o que acontece entre os partidos políticos, uns tentando aniquilar os outros. Muito desprezo para aquele que perde. Uma regra básica, e que termina sendo o foco da maioria das pessoas hoje, numa sociedade dita civilizada, é querer ser o primeiro em tudo. Primeiro na escola, o primeiro no time, o primeiro no clube, o primeiro na política. Aplauso ao vencedor e desprezo ao perdedor. A ambição pelo poder pode ser considerada uma droga. Quanto mais se tem, mais se luta para ter mais; não chega-se a um contentamento,

torna-se um vicio. Não é um poder com o objetivo de servir ao outro, como por uma causa coletiva, mas um poder centrado na vaidade, com o objetivo voltado apenas para o seu próprio eu. Isso é bem observado quando um tirano avança no poder com vitória, todo o povo aplaude e esquece que ele é um tirano, e que pode passar por cima dos direitos de todos (CHALITA, 2011, p.86-87).

Pode-se falar ainda, tratando do poder, de todas as dificuldades e diversas tramas existentes na política brasileira. Uma coisa verídica é que ninguém consegue ser feliz fazendo os outros infelizes. Os que maltratam os outros maltratam a si próprios, não pode alguém permanecer feliz por uma injustiça praticada. A política, acima de tudo, é algo necessário na vida do homem, é uma arte, exige inspiração e sensibilidade, é também uma ciência, porque requer estudos. Não é possível improvisar um estadista. A política ainda é a possibilidade da convivência humana com respeito. Sem a política não seria possível resistir a tantas adversidades que a sociedade e a vida apresentam. É uma das coisas piores que a pessoa possa sofrer: rejeitar e ser rejeitado. É o perigo que mais se aproxima quando cresce a distância do essencial (CHALITA, 2011, p.122-123).

5 CONCLUSÃO

Concluída esta exposição acerca da concepção de Estado em Thomas More, nota-se, além de uma compreensão da obra Utopia como uma discussão literária, o desenvolvimento de uma visão mais aprofundada do pensamento filosófico, sobretudo no que diz respeito ao pensamento político. De modo mais claro na crítica feita pelo autor ao sistema político pelo qual atravessava a Inglaterra, bem como através de seu olhar sobre outros lugares fora daquele país. A sua principal crítica é a da sociedade privada; tentou, por isso, responder a ela com a preocupação de fomentar uma sociedade com uma distribuição de renda igual às necessidades de cada indivíduo, com a ausência de privilégios e onde todos pudessem ter acesso às mesmas oportunidades, seja na justiça, na educação ou na liberdade religiosa. Visava, portanto, o prevalecimento do bem geral, ao invés de pretender os favorecimentos dos interesses privados, como se passava entre os reis que governavam a Inglaterra.

Este trabalho apresentou uma visão geral dos principais acontecimentos da época de More e do seu principal pensamento. Isto é, como a descentralização do poder e a crítica à propriedade privada. Também pretendeu mostrar que a crítica de More se tornou muito presente aos nossos dias. Procuramos de maneira direta, abordar alguns problemas encontrados no poder político e na sociedade brasileira.

Thomas More deixou uma grande contribuição para a filosofia, não só apenas por seu pensamento, mas também por seu exemplo de homem justo, bem desenvolvido intelectualmente e plenamente religioso, interessado e envolvido na resolução dos problemas e das contradições de sua época, além de totalmente apaixonado pela humanidade.

A leitura e o pensamento do autor da *Utopia*podem favorecer muitos debates concernentes a problemas atuais, tratados numa diversidade de temas. Por fim, é notável como o pensamento utópico se torna um pensamento atual e como é urgente que todos aqueles que assumem um cargo na sociedade em favor de muitos, como aqueles que são eleitos para representar o povo em massa, devem deixar-se cativar por este pensamento. E não só os que têm algum cargo, mas todas as pessoas.

REFERÊNCIAS

ABENSOUR, Miguel. Thomas More (1458-1535). Utopia (1516). In:_____. *O novo espírito Utópico*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990. p. 75-113.

ANJOS, Vitor Luiz Rigoti. *A concepção Política da obra utopia de Thomas More*. Disponível em <http://vitorluiz.6te.net/wp-content/uploads/2012/01/vitor_filosofia_thomasmore.pdf>. Acesso em: 21 de março de 2013.

BITTAR, Eduardo C. B. *Curso de Filosofia Política*. 3. ed. São Paulo : Atlas, 2008. p. 55-76.

BITTAR, Eduardo C.B. ; ALMEIDA, Guilherme Assis de. Thomas More: Utopia e direito. In: _____. *Curso de Filosofia do Direito*. 8. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010. p. 268-277.

CHALITA, Gabriel. *Sócrates e Thomas More*: correspondências imaginárias. São Paulo: Planeta, 2011.

COSTA, Fernando Nogueira da. Sobre o individualismo e o liberalismo. Postado em: 04 de agosto de 2013. *Fernando Nogueira Costa*. Disponível em: <http://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2013/08/04/sobre-o-individualismo-e-o-liberalismo/>. Acesso em: 28 de outubro de 2013.

DANTAS, Tiago. Como funciona o sistema político brasileiro? *Mundo e educação*. Disponível em: <http://www.mundoeducacao.com/politica/como-funciona-sistema-politico-brasileiro.htm>. Acesso em: 30 de outubro de 2013.

HUISMAN, Denis. *Dicionário de obras filosóficas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 562-563.

LINS, Ivan. *Tomas Morus e a Utopia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

MORE, Thomas. *Utopia*. São Paulo: Editora Escala Educacional, 2006.

MUDANÇAS na família brasileira. Postado em: 02 de maio de 2013. *Portal Educação*. Disponível em: <http://www.portaleducacao.com.br/direito/artigos/47120/mudancas-na-familia-brasileira>. Acesso em: 30 de Outubro de 2013.

NIETO, José Lino C. *Thomas More*:um homem para a eternidade. São Paulo: Quadrante, Sociedade de Publicações Culturais, 1987.

O PODER político no Brasil, corrompe-se até o conceito. Postado em: 12 de maio de 2013 *Gente de opinião*. Disponível em: <http://www.gentedeopiniao.com.br/lerConteudo.php?news=111531 >. Acesso em: 30 de outubro de 2013.

OS PRINCIPAIS problemas sociais do Brasil. *Ecofidelidade*. Disponível em: <http://www.ecofidelidade.com.br/dicas.aspx?category=1&idd=2630/10>. Acesso em: 30 de outubro de 2013.

PAQUOT, Thierry. *A utopia: ensaio acerca do ideal*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1999.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da filosofia.* São Paulo: Editora Paulus, 1990.p. 132-135.

REBOUÇAS, Fernando. Desigualdade social. *Infoescola.* Disponível em: <http://www.infoescola.com/sociologia/desigualdade-social/>. Acesso em: 30 de outubro de 2013.

WLODARSKI, Regiane; CUNHA, Luiz Alexandre. *Desigualdade social e pobreza como consequências do desenvolvimento da sociedade*. IX Simpósio Internacional Processo Civilizador. Ponta Grossa – PR, [s\d.]. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais9/artigos/workshop/art15.pdf>. Acesso em 27 de outubro de 2013.